

Educação Ambiental Integrada: Concepções da Ecologia Humana, Ecopedagogia Socioambiental e Visão Sistêmica Sustentável

Mônica Maria Vieira Lima Barbosa¹

Kárpio Márcio de Siqueira²

RESUMO

A Educação Ambiental, que sustenta o princípio utilitarista, precisa ser questionada de forma vigorosa na sociedade a fomentar formas adequadas ao contexto socioambiental, transcendendo uma postura ética, uma visão holística estética e uma vivência do estar bem-estar. O artigo contempla analisar diferentes perspectivas, concepções, espaços e metodologias para fortalecer uma Educação Ambiental comprometida com os desafios planetários que emergem na contemporaneidade, ancoradas na ecologia humana, ecopedagogia socioambiental e visão sistêmica sustentável. Nessa vertente, o trabalho científico se constituiu de pesquisa bibliográfica, pautado na abordagem qualitativa, classificada como experimental, balizada em literaturas, legislação e documentos. No trâmite da investigação, foi concebido que a política de Educação Ambiental canalize a inserção de conhecimentos socioambientais nas práxis educativas na conjuntura formal, informal e não-formal. A esse panorama, é mister que o nicho das políticas governamentais e sociedade civil desenvolvam ações e objetivos efetivos com a Educação Ambiental à inclusão integrada de forma mais ativa, crítica e ética para produzir mudanças de hábitos comportamentais à sustentabilidade do equilíbrio da Terra.

Abstract

¹ Doutoranda em Educação, Universidad Interamericana – Assunção/Paraguai; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq – UBUNTU – Educação Contextualizada Aplicada à produção de Material Didático. Docente do Centro Universitário do Rio São Francisco – UniRios; Tutora do Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI. Coordenadora Pedagógica da Prefeitura Municipal de Paulo Afonso. Pesquisador do OPARÁ vinculada a Linha de Pesquisa Campesinato, Ecologia Humana e Etnoconservação. E-mail: monicamvlb@yahoo.com.br

² Doutorando em Crítica Cultural – UNEB, Docente dos cursos de Pedagogia e da Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena da Universidade do Estado da Bahia – Campus VIII – Paulo Afonso – BA, Líder do Grupo de Pesquisa- CNPq – UBUNTU – Educação Contextualizada, Processos Teóricos, Metodológicos e Tecnológicos Aplicados à Produção de Dispositivos Didáticos na linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, Gestão Educacional, Currículo e Diversidade Cultural. Pesquisador do OPARÁ vinculada a Linha de Pesquisa Etnologia, Educação, Educação Indígena e Interculturalidade. E-mail: karpio_siqueira@yahoo.com.br

Environmental Education, which sustains the utilitarian principle, needs to be vigorously questioned in society to encourage ways that are appropriate to the socio-environmental context, transcending an ethical posture, a holistic aesthetic vision and an experience of being well-being. The article contemplates analyzing different perspectives, conceptions, spaces and methodologies to strengthen an Environmental Education committed to the planetary challenges that emerge in contemporary times, anchored in human ecology, socio-environmental ecopedagogy and sustainable systemic vision. In this aspect, the scientific work consisted of bibliographical research, based on a qualitative approach, classified as experimental, based on literature, legislation and documents. During the course of the investigation, it was conceived that the Environmental Education policy channels the insertion of socio-environmental knowledge in educational praxis in the formal, informal and non-formal conjuncture. In this scenario, it is essential that the niche of government policies and civil society develop effective actions and objectives with Environmental Education for integrated inclusion in a more active, critical and ethical way to produce changes in behavioral habits for the sustainability of the Earth's balance.

Keywords: Environmental Crisis. Sustainable development. Socioenvironmental Management.

INTRODUÇÃO

Essa nova concepção de mundo no olhar de uma visão sistêmica e integrada contribui à formação de uma nova ética social e ambiental, aliando a preocupação com os problemas globais ligados ao processo de degradação do meio ambiente, aos problemas cotidianos, resultante da ação da sociedade, tendo como horizonte a afirmação da cidadania. Essa visão está articulada nas ações voltadas às atividades de conservação, proteção, recuperação e melhoria socioambiental e, potencializa a função que vários sistemas viabilizam diretrizes dentro das

suas especificidades do estilo: a ‘conjuntura econômica’ fomenta uma economia ecológica, a ‘conjuntura jurídica’ elabora um direito ambiental, a ‘conjuntura tecnológica’ vislumbra uma tecnologia ecoeficiente, a ‘conjuntura científica’ possibilita uma ciência complexa e a ‘conjuntura educativa’ desenvolve uma Educação Ambiental.

A essas conjunturas, os sistemas sociais atuam na promoção da mudança ambiental e a educação formal, informal e não-formal assumem posição de destaque para construir os fundamentos, a ponto de evidenciar que sem a educação não haveria humanidade. Então, a Educação Ambiental é

um grande desafio, neste momento, que nada mais é do que reconectar os processos humanos, os processos econômicos e produção de consumo aos ciclos naturais.

Ao presente panorama existencial, é pertinente denunciar que a Educação Ambiental está transitando como alvo de retrocessos, conflitos sociais e políticos, que impulsionam os movimentos sociais, a sociedade civil, e a conjuntura de ensino a ter uma postura de instigar e de potencializar no enfrentamento do cenário de desmonte das políticas de Educação Ambiental. A essa premissa, nem a Constituição de 1988, nem a Lei da Educação Ambiental nº. 9.795, nem as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Curricular, nem mesmo a Lei Orgânica do Meio Ambiente Municipais, garantem que a Educação Ambiental esteja acontecendo efetivamente na sociedade.

A realidade anunciada exige uma diversidade de conhecimentos. Conhecimentos múltiplos, conhecimentos interculturais, conhecimentos científicos, conhecimentos acadêmicos, como também, conhecimentos das comunidades tradicionais, dos povos indígenas, que durante milênios vivem em harmonia com a natureza. A esse contexto de conhecimentos, o Brasil precisa ser reconectado, dialogando governo e sociedade civil, de forma

colaborativa, uma vez que, a aprendizagem fragmentada perdurou e continua perdurando por muitos séculos uma visão cartesiana, uma visão linear das coisas e, hoje, nesse cenário atual, é urgente uma conexão, reconectar a tudo e a todos.

Ao vislumbrar as diretrizes socioambientais, Freire (1992) teoriza educação como uma obra de arte e, naturalmente, o educador é um artista que lida com a arte da mudança, na qual temos que ter malícia para não nos tornar submissos aos problemas atuais e, com mais precisão, referindo-se mais claramente ao meio ambiente de agora e o que será encontrado pelas futuras gerações. Nessa visão, as informações pesquisadas e organizadas pelo presente artigo revelam como está sendo tratado o tema 'Educação Ambiental Integrada: Concepções da Ecologia Humana, Ecopedagogia Socioambiental e Visão Sistêmica Sustentável' no universo da sociedade e seus reflexos na comunidade e, sobretudo, identificar de que maneira o tema foi contemplado ao compreender que a questão ambiental é o fio condutor na perspectiva de entender a relação dialética entre sociedade e natureza.

Esse artigo consolida um olhar sensível de cunho científico a conceber

responsabilidade coletiva sobre a importância da conservação dos recursos naturais e da preservação dos diferentes ambientes ancoradas na sustentabilidade, ao conceber um entrelace na relação socioambiental que pode contribuir à formação do cidadão ético, estético e do estar bem-estar, numa visão sistêmica e integrada. Essa reflexão vem à tona ao celebrar as novas tendências da Educação Ambiental para o cotidiano da relação sociedade, escola e do exercício da cidadania, que possibilita o respeito à diversidade das riquezas culturais e naturais das comunidades e dos povos que os habitam, por meio de ações individuais e coletivas a impactar mudanças e transcender novas trilhas socialmente mais equitativas e ecologicamente mais sustentáveis.

1 ECOLOGIA HUMANA E GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Pensar e ver o mundo ecologicamente equilibrado significa abrir novas percepções, novos paradigmas para um mundo complexo, líquido, vivo, dinâmico e intenso, em diferentes ambientes proximais e distais. Nesse universo, o aspecto da ecologia transita nas relações dos sujeitos a partir da

habitação destes ambientes e nas interconexões dos espaços mentais, sociais e geográficos. A humanidade constrói seu mundo, habita os cenários e projeta ações, desenhando um espaço social e cultural na sociedade, desenhada por Bronfenbrenner (1996, p.5), ao retratar Ecologia Humana “O meio ambiente ecológico é constituído por uma série de estruturas[...], representando os diferentes meios em que o indivíduo transita, de forma direta ou indireta. [...] a pessoa percebe os ambientes e interage dentro deles e com eles.”.

A essa vertente, a ecologia humana ao considerar que as estruturas do meio ambiente desenvolvem nelas e entre elas, devem ser interconectados em uma visão sistêmica integrada e, só assim, será possível identificar a dinâmica de interação ao mesmo tempo entre a humanidade em desenvolvimento e o mundo em permutação. Para Capra, os sistemas que compõem e organizam o meio ambiente fomentam “Um ponto de vista mais ecologicamente equilibrado examinaria os ciclos protoecológicos e os sistemas químicos subsequentes que precisaram ser desenvolvidos e florescidos enquanto apareciam objetos que se assemelhavam a organismos.” (2014, p.421).

Partindo dessa reflexão, é possível compreender e integrar a relação do ser humano com o meio onde ele vive, visto que, há habitats em muitos lugares, perpassando pelo corpo, casa, cidade, país, continente, planeta e universo. Nesses tempos em que a informação assume um papel cada vez mais relevante, ciberespaço, multimídia, internet, a educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas, destacando que a Educação Ambiental, por meio da ‘ecologia humana’, assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a corresponsabilização dos indivíduos se torna um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento socioambiental sustentável. A esse preâmbulo, há de contemplar a intercultura vivenciada pelas comunidades tradicionais no Brasil, pautada a partir de teorias exposto em legislação federal própria, ao considerar

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

As práticas anunciadas instigam desafios que são o de formular uma Educação Ambiental que seja crítica, criativa, inovadora e sustentável, nos espaços formal, informal e não-formal. Nessa vertente, o principal eixo de atuação da Gestão Socioambiental deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença por meio de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas. Destarte, a educação socioambiental é transversal nas várias áreas de conhecimento - Ecologia Humana, o que a situa como uma abordagem multirreferencial e a complexidade ambiental (LEFF, 2002).

1.1 **Ética, Estética e Estar Bem-Estar: Triade da Ecologia Humana**

A sociedade não é natural nem artificial, mas ambas as coisas: um sistema complexo que não pode ser reduzido a nenhum de seus processos das concepções ambientais. A sociedade humana está situada e depende tanto da biosfera como da cultura, visto que, os sentidos dos grandes acontecimentos não podem se medir em termos de sua contribuição a um desenvolvimento social ou tecnológico, considerado independentemente do

progresso moral da humanidade e da evolução da vida em geral (CAVALCANTI, 2003).

A ‘Dimensão da Ética Ambiental’ desenha uma expansão e recuperação da experiência moral da humanidade. Neste preâmbulo, ensinar a identidade terrena como condição humana é essencial. É preciso compreender que somos interdependentes em uma visão para a consciência planetária, onde é necessário formar para a ética do gênero humano, educar para se comunicar.

Ao longo da história da humanidade, os valores e os padrões éticos constituídos não incorporaram a dimensão ambiental, considerando os paradigmas filosóficos e econômicos a levarem o homem a se distanciar da Natureza. O presente afastamento impossibilita que o nicho social pense sobre a humanidade e destes integrados à Natureza. O Ser humano tem percebido a natureza como se esta possuísse um imenso poder depurador e regulador que lhe possibilitasse ‘digerir’ as agressões do homem. Segundo Gardner (2001), as principais potências motrizes da sociedade parecem obstinadas em declarar independência do mundo natural. Neste contexto, a Educação Ambiental vem

contribuir em um processo interativo, participativo e crítico, para o surgimento de uma nova ética social, fazendo acontecer à nova ética desejada.

Nessa fundamentação, os presentes valores morais contemplam a Educação Ambiental, uma vez que, perpassa pelo complexo da sociedade. A moral não é um conjunto de conhecimentos teóricos, e sim, algo que determina à nossa maneira de agir e mostrar quais são as condutas valiosas. Contudo, vale ressaltar que a moral não se reduz ao âmbito específico, mas se estende a tudo que o sujeito aprende dentro de toda a sua atividade vislumbrado por Morin, anunciado que “Uma sociedade é mais que um contexto: é o todo organizador de que fazemos parte. O planeta Terra é mais do que um contexto: é o todo ao mesmo tempo organizador e desorganizador de que fazemos parte (2001, p. 37).

A interdependência de todos os seres, de sensibilidade humana e de sabedoria diante do universo, vislumbra a possibilidade de uma visão de ética ambiental, que têm um norte para o sentido da vida. Neste olhar, há de ser progressivo e urgente, um comprometimento com a construção de novas relações humanas, de caráter solidário, atuando pela consolidação de práticas sociais e ecologicamente

sustentáveis, considerando-se aí as mudanças na natureza e na sociedade e suas relações com a vida como um todo, uma vez que, não obstante, a humanidade deseja uma natureza comportada, a partir de sua estética urbana e moderna, com aquilo que eles acham benéfico e sem os seres que eles vêm como maléficos.

Ao compreender a ‘Dimensão da Ética Ambiental’, há de se deleitar a ‘Dimensão da Estética Ambiental’ como percepção das belezas da natureza ou dos graves problemas ambientais de lixo e contaminação, constituindo elemento importante a celebrar a temática ambiental. Contudo, quando essas noções ficam simplesmente na ação de sensibilização, não produzem avanços significativos para uma compreensão mais abrangente da sociedade, nem se refletem em mudanças de atitudes. Ao exposto, a dimensão política da Educação Ambiental é exatamente por seu caráter transformador que ultrapassariam seu enfoque e suas relações como ciência da criação e da arte, no qual compõe a própria essência exigindo sensibilidade, competência emocional e ações para desenvolver respostas que considerem a subjetividade dos aprendizes e as pulsações coletivas de enfrentamento na sociedade.

É nesse contexto que é pertinente discutir considerações preliminares à cerca da estética e da arte, visto que, não há como discernir o humano da estética. Esta estética define nosso rosto e nossa identidade, fator essencial que, certamente, corroboram para a compreensão da complexa diversidade, reconhecendo que a humanidade é um palco de conflitos e tensões. Na esfera estética, Santos (2003, p.33) em seu livro ‘Contribuição da psicanálise e psicologia da arte para o campo educacional’ anuncia "O nascimento da estética está associado à crença numa ciência capaz de abstrair a subjetividade, a sensação, o gosto, o sublime, as paixões, a imaginação, a emoção [...] serviram de base para a estruturação de uma epistemologia sobre a beleza.

Essa esfera estética não é pura beleza, ela é também a declaração da feiura, é a denúncia da monstruosidade, a publicização da violência oculta. Nesse cenário, toda estética é vida, cujo dinamismo flui, não para, não sacia, cria e devolve movimento, desequilibra, produzindo vida e energia. Ela produz o prazer que não dura a felicidade do instante - a antecipação provocada para o que ainda não veio. É a presença ausente, insinuante, cuja condição de percepção é o distanciamento da sua representação no objeto de arte como fetiche. A arte é o

alimento e o agasalho do ser. É a fonte, o ponto de partida e de chegada: representa o que faz e faz o que representa (RUSCHEINKY, 2002).

A explosão demográfica está presente na estética quando se torna um problema ao produzir um desequilíbrio entre a população e os recursos naturais e sociais para sustentar adequadamente, como também, é um problema que retrata um perfil tanto quanto mais sério, tanto quanto mais grave for esse desequilíbrio. O aumento da produtividade da terra com a revolução agrícola e o aumento da produtividade do trabalho com a revolução industrial são fatores reais que contribuíram à aceleração no impacto espacial, explodindo a sociedade territorial e, conseqüentemente, comprometendo a Estética Ambiental.

Para dialogar com essa explosão, há de pensar em uma Educação Estético-Ambiental que contempla a fundamentação da investigação e que está cada vez mais ampliando o campo da Educação Ambiental, compreendendo a necessidade da experiência estética para o desenvolvimento da compreensão sensorial, ratificado por Dolci e Molon, “Estética Fenomenológica possibilita o desenvolvimento da percepção sensível [...], propiciando o contato com o

diferente, com o novo e instigando o sujeito a uma nova capacidade de percepção [...] da vida cotidiana: uma percepção sensível e criativa.” (2018, p.795).

Para elucidar as significações, faz-se necessário desenvolver um laço emocional e espiritual com a natureza, visto que, uma sociedade focada no bem-estar asseguraria que todos nela tivessem acesso a alimentos saudáveis, água limpa e saneamento básico, educação, tratamento de saúde e segurança física. A esta dinâmica, compreendendo a complexidade ambiental ao cultivar relacionamentos, facilitar escolhas saudáveis, aprender a viver em harmonia com a natureza e atender às necessidades básicas de todos, as sociedades podem mudar de uma concepção do consumo para uma concepção do bem-estar.

Nessa premissa, é concebida a ‘Dimensão do Estar Bem-estar’ que, conforme análise de Weissman (1998), a tomada de posição diante dos diferentes problemas do ambiente e as diferentes alternativas de solução têm, necessariamente, um aspecto ideológico, no qual, quanto maior informação se tem a respeito de uma crise ambiental, mais responsáveis serão as opiniões e as ações das mesmas. Nesta dimensão, para humanidade

viver bem é necessário suprir as necessidades físicas, emocionais, psicológicas e espirituais, que dão equilíbrio à existência humana.

A esse âmbito, apesar de ter conceituação recente e inovadora, a Educação Ambiental destina-se a readaptação paradigmática de uma sociedade, cujos riscos ambientais presentes e futuros se refletem na segurança, alimentação e, portanto, no Estar Bem-Estar físico e mental. Bem-estar! Acordar de manhã, respirar fundo, sorrir. Chegar perto da janela. Sentir o sol, ter vontade de sair, agradecendo por estar viva! Estar Bem! Quais são, afinal, os ingredientes básicos para você conquistar e preservar este estado de vida? Para repensar essa imagem é oportuno desvelar o significado do binômio Bem-Estar / Estar Bem e sentir um pouco mais sobre a interação e integração destes dois sistemas que envolvem o processo da vida e, estabelecer uma relação mais tranquila e feliz no âmbito intrapessoal e interpessoal com o ambiente.

Fazer a transição para uma sociedade de bem-estar é garantir que novas infraestruturas físicas estão sendo complementadas por um novo e florescente olhar cultural. É sensibilizar as pessoas a desenvolver relacionamentos íntimos com o

meio ambiente natural a reconhecer as árvores em seus parques e as flores em seus jardins, assegurando o estoque moderno de conhecimento e conforto sem comprometer uma visão holística do prazer, do belo, do estético. A esse olhar, Jimenez transborda a sensibilidade por meio da arte “A natureza era bela quando tinha, ao primeiro olhar, a aparência da arte; e a arte somente pode ser dita bela, quando temos consciência de que realmente se trata da arte, mas que toma, para nós, a aparência da natureza.” (1999, p. 132).

2 ECOPEDAGOGIA SOCIOAMBIENTAL

A Ecopedagogia vislumbra um olhar pautada nas obras de Moacir Gadotti (Pedagogia da Terra) e de Paulo Freire (Pedagogia da Autonomia), veiculando como o capitalismo neoliberal que rege a realidade humana, mantém um elo com a degradação do planeta e como uma prática docente crítica e dialógica, ao esclarecer como é possível viabilizar uma sensibilização planetária, por meio da educação emancipadora e crítica, que pode contribuir para a superação da visão pragmática e acrítica, que dirige a educação tradicional

mediante um trabalho pedagógico integrado e interdisciplinar.

Doravante, o foco será à valorização de uma educação socioambiental e que, de maneira interdisciplinar, possa despertar os aprendizes para a sustentabilidade, por meio de uma prática pedagógica capaz de romper com os valores de dominação a pensar epistemologicamente sobre a Terra. Nesse contexto global, há de implementar possibilidades e desafios para uma educação sustentável, ao compreender que o modelo econômico vigente segrega as pessoas e a globalização destrói a diversidade cultural.

Essa educação emancipadora, planetária e integrada pode viabilizar um rompimento com as relações de opressão e de degradação causadas pela globalização excludente regida pelo neoliberalismo, que desrespeita os direitos e valores humanos, nesse mundo globalizado, pautado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030,

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo

Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança. (ONU, 2015, p.26-27)

Diante do exposto, a Educação Ambiental deve ser fundamentada na política de participação sustentável, política que proporciona às pessoas o sentimento de coletividade, o interesse e a responsabilidade por tudo que representa o interesse comum. Com base em uma educação problematizada e complexa, busca-se fazer com que a humanidade se perceba como sujeito histórico, a fim de exercer plenamente a sua cidadania planetária. Assim sendo, a Educação Ambiental se torna um meio de viabilizar a tomada de sensibilização das mazelas do mundo, estabelecendo a noção de que todos os seres estão inextricavelmente interligados.

Vislumbra-se, então, por intermédio da educação, que é um ato eminentemente político, logo, impossível de ser neutra, como defendia Paulo Freire (1996) ao retratar que o desenvolvimento da postura crítica dos alunos possibilitada por meio do trabalho docente interdisciplinar, a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade, a fim de formar cidadãos mais ativos,

democraticamente. Educar para a cidadania planetária significa, a partir da teoria de Gadotti, “A educação para a cidadania planetária implica [...], uma reorientação de nossa visão de mundo da educação como espaço de inserção do indivíduo não numa comunidade local, mas numa comunidade que é local e é global ao mesmo tempo (2000, p. 142).

O panorama apresentado instiga para uma Educação Ambiental que viabilize justiça social, haja visto que a ideologia dominante consegue, por meio da escola, disseminar uma educação acrítica. Nesse sentido, o currículo da ecopedagogia deve ser diferente do neoliberal, potencializando parcerias com entidades fora das escolas e, nesse processo, as Organizações Não Governamentais - ONGs são as representantes da sociedade civil. Segundo Gadotti (2000), os nossos problemas atuais têm suas raízes profundas na nossa maneira de viver e, a escola, como disseminadora das práticas neoliberais de sociedade, atua como elemento eoador, uma vez que, com base em seu currículo, ela consegue fazer valer a ideologia das classes que estão no poder e que não sofrem no dia a dia com a degradação do planeta.

A essa concepção de vida por uma relação saudável e equilibrada, a Educação

Ambiental ancorada na ecopedagogia possibilita estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos ambientes, valendo-se de estratégias a contribuir para a compreensão da complexidade do ambiente em suas dimensões ecológicas, de maneira a sensibilizar a coletividade quanto à importância de sua organização e participação na defesa de todas as formas de vida.

3 VISÃO SISTÊMICA SUSTENTÁVEL

A sustentabilidade é anunciada como pressuposto que, ao mesmo tempo, é preliminar e integrador referente à assunção de responsabilidades para o equilíbrio intercultural da humanidade, na dimensão ética e estética, com fins de garantir o bem-estar social. A essa visão, é mister à sensibilização, à alteração nas formas comportamentais, à definição de competências e à participação das pessoas, a elevar uma Educação Ambiental de forma efetiva (REIGOTA, 1998). Então, dentro desse mapa teremos respostas específicas que são chamadas de soluções sistêmicas para problemas sistêmicos (CAPRA, 2014). Essa visão sistêmica e dialética foi balizada nas orientações da Resolução n. 254 de 2002 da UNESCO, que estabelece na década das

Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável - 2005 a 2014, o saber ambiental na conjuntura educacional, considerando-se o contexto ambiental como a panorama de sistemas ambientais complexos e inter-relacionados.

A magnitude dos problemas enfrentados pela Educação Ambiental no Brasil juntamente com a extensão e a diversidade do nosso sistema escolar já não suportam propostas e diagnósticos fundadas em retóricas normativas, por mais generosas que se apresentem. É nesse parâmetro que o Brasil criou, na Década de 80, o seu sistema de Educação Ambiental a dialogar políticas governamentais e sociedade civil, de forma integrada, como referência para a reflexão à cerca dos desafios da Educação Ambiental, indicadores importantes para o direcionamento de políticas educacionais, que monitora a qualidade do sistema, como também, oferecem informações valiosas sobre as características dos diferentes contextos escolares.

No cenário contemporâneo, é preciso fortalecer concepções sistêmica e integrada, fomentar e implementar parcerias multissetoriais para um planejamento estratégico que envolvam Ministérios, Secretarias Estaduais e Municipais (Meio

Ambiente, Educação, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social e Turismo), sociedade civil, conselhos municipais, comunidades tradicionais em consonância com a Política Nacional, Estadual e Municipal de Educação Ambiental para projetar objetivos e metas a possibilitar uma sociedade sustentável e responsável, globalmente, no monitoramento da conservação e preservação dos ecossistemas.

É mister viabilizar estratégias diante dos desafios de Educação Ambiental a elevar a qualidade do contexto socioambiental e, ao mesmo tempo, reduzir as diferenças, sobretudo num país como o Brasil, cuja diversidade regional é imensa e onde as desigualdades sociais são significativas a impactar no habitat. Somente por meio de uma responsabilidade comum a todos os envolvidos à projeção de políticas educacionais, a Educação Ambiental fomentará um direcionamento de propostas eficientes para a sociedade no panorama de ‘ações afirmativas’.

Por ações afirmativas na conjuntura ambiental se compreende uma possibilidade relevante e desafiador para o pensamento de investigação, ao passo que desconstrói discursos e práticas e se estabelece um

paradigma de pensar nos indivíduos em geral e, na coletividade, em especial. As ações afirmativas transcendem de uma condição que precede a impulsionar diálogos integrados, que se dizem transitórias e estão intrinsecamente relacionadas à proposta da Política Nacional de Educação Ambiental (1999), uma vez que, essas ações se destinam a garantir ancorada na conjuntura da educação a integração das múltiplas dimensões como: ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política.

O arcabouço presente nas políticas de ações afirmativas se baliza na proposta pedagógica, visto que, um projeto político de sociedade se constitui em um processo de articulação de intenções. Esses diálogos permeiam nas comunidades acadêmicas, abordando os sentidos da Educação Ambiental com os programas de ações inclusivas e afirmativas, a contribuir para a Universidade instigar e elaborar um currículo nos contextos sócio-culturais-ambientais, desenvolvendo uma criticidade à transposição de uma crise socioambiental vigente - um currículo como artefato cultural que se constitui nos conflitos, nas diferentes culturas, na diversidade, para novos paradigmas pedagógicas.

As ações afirmativas vislumbram garantir o desenvolvimento integral do

humano que, conseqüentemente, eleva o crescimento local e global em todos os aspectos e contribui para a ação-reflexão-ação de uma educação mais integradora, em harmonia com a vida e com o planeta, na vertente de uma articulação da Educação Ambiental com o pensamento complexo. Diante dessa realidade, foram diversos encontros e acordos globais, trazendo concepções de desenvolvimento sustentável, tanto no que diz respeito a produção de conhecimento, quanto no plano das ações afirmativas social e das políticas públicas (LAFER, 2021).

Para a UNESCO (2017), em seu documento de informação para a Conferência Internacional ‘Meio Ambiente e Sociedade: educação e sensibilização do público para a viabilidade’, definiu que a noção de desenvolvimento sustentável não é um conceito congelado, mas, sobretudo, um conceito que traz consigo a transformação das relações entre os sistemas e processos socioeconômicos e naturais.

A promoção desse desenvolvimento é vista pela passagem do atual mundo desintegrado para um em que o desenvolvimento seja sustentado, exigindo radical migração da situação presente de insustentabilidade planetária para outro modelo civilizatório. Neste norte, a

investigação das fronteiras das ciências, dos princípios éticos, sociais e econômicos, suas teorias e seus novos paradigmas emergentes constituem tarefa básica, uma vez que, têm sinalizações muito importantes em termos de direcionamento da abordagem econômica de uma sociedade sustentada (CAVALCANTI, 2003). Díaz (2018) ratifica esse modelo de desenvolvimento sustentável, que consiste em satisfazer as necessidades presentes de todo um coletivo humano, planejado na Agenda 2030 – Brasil.

A Agenda 2030, em consonância com as políticas públicas governamentais mundial, construíram Objetivos de Desenvolvimento sustentáveis, planejada em 2015, Organização das Nações Unidas, ONU, de “não deixar ninguém para trás”. Nessa premissa, o Brasil apresenta uma ausência no cumprimento dos Objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, em suas 169 metas dos 17 objetivos, estabelecida pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 2015. Das 169 metas, 54,4% estão em retrocesso, 16% estagnadas, 12,4% ameaçadas e 7,7% mostram progresso insuficiente (RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030, 2023). De forma ampla, os objetivos incluídos na Agenda 2030, assinada pelo

Brasil, incluem, por exemplo, a erradicação da pobreza e da fome, a adoção de medidas para combater a mudança climática, a promoção da educação inclusiva, a igualdade de gênero, a crise sanitária, entre outros de importância significativas, contemplados no Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Terra clama potencializar o campo da Educação Ambiental para além de um saber que diga respeito às preocupações referentes as problemáticas do meio ambiente e da gestão dos recursos naturais. A essa sensibilidade, o presente artigo vem à tona ancorada por uma Educação Ambiental responsável, plural, solidária, visão sistêmica que constituiu o fundamento da concepção.

No desenvolver da investigação, foi detectado uma ausência significativa no contexto de Educação Ambiental nas literaturas das políticas públicas de meio ambiente, políticas públicas de educação - Documento da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, no que tange o transitar da transversalidade e na vertente

interdisciplinar, que fomentam diálogo, discussão e propostas ambientais.

O desenhar dessas proposições concebe, primeiramente, em 'Reativar o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e seu Comitê Assessor no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Educação (MEC) e inserir a Educação Ambiental no Ensino Formal, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental (Resolução CNE nº 2, de 15/06/2012), a ampliar e potencializar à conservação e preservação do meio ambiente, restaurar ações e programas extintos e intensificar ações de Educação Ambiental.

Investir no ensino superior, em ciência e tecnologia, nas agências de fomento à pesquisa - Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na formação de professores de todos os níveis contemplam mais estratégias de diretrizes curriculares a garantir Educação Ambiental à formação de aprendizes na conjuntura da Educação Básica e Ensino Superior.

A Educação Ambiental ainda pode ser potencializada ao vincular uma política

ambiental de transformação social encontradas nas comunidades tradicionais que denotam a construção de espaços de reflexão e diálogo acerca dos aspectos socioambientais da comunidade, que podem ser traduzidos numa tentativa de manutenção de seu aspecto intercultural, buscando novas possibilidades de enxergar o território da comunidade a partir da valorização das distintas concepções de mundo de seus integrantes, e valorização dos aspectos e peculiaridades locais. Tais intencionalidades concebem permear à valorização da Educação Ambiental que almejam alcançar melhorias sociais e culturais, na qualidade de vida dos sujeitos e estímulo à integração entre os indivíduos das diversas gerações dentro da própria comunidade.

A esse panorama, o artigo dissertado vislumbra um arcabouço de conhecimentos para estudantes pesquisadores, profissionais das diversas áreas, sociedade governamental, sociedade civil, além de todas as pessoas interessadas nessa nova forma de entender o mundo para compreender, orientar e respaldar uma visão sistêmica e integrada à vida no nosso Planeta, visando uma sociedade educadora comprometida com a sustentabilidade

socioambiental da comunidade e, naturalmente, da cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm Acesso em: 30 set. 2022.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. M. A. V. Veronese, Trans. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CAPRA, F. **A visão sistêmica da vida**: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. São Paulo: Cultrix, 2014.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2018.
DOLCI, L. N.; MOLON, S. I. Educação Estético-Ambiental: o que revelam as dissertações e teses defendidas no Brasil. **Revista Ibero – Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.13, n.2, p.785-806, abr.-jun., 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. 5. ed. São Paulo: Petrópolis, 2000.

GARDNER, H. **O Verdadeiro, o Belo e o Bom: os princípios básicos para uma nova educação**. Rio de Janeiro - RJ: Objetiva, 2001.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **VI Relatório luz da sociedade civil agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil**. Gtagenda, [2030.org.br/relatório-luz/](https://gtagenda2030.org.br/relatório-luz/). Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz>. Acesso em: 23 mar. 2023.

JIMENEZ, M. **O que é estética?** São Leopoldo, RS: UNISINOS, 1999.

LAFER, C. **Hannan Arendt**: Pensamento, persuasão e poder. Brasil: Paz e Terra, 2021.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, E. **A ética do sujeito responsável**. In: CARVALHO, E. A.; Conceição, ALMEIDA, M. C.; Fiedler-Ferrara; COELHO, N. N.; MORIN, E. Ética, solidariedade e complexidade. São Paulo: Palas Athena, 2001.

ONU. Agenda 2030 - **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Mundo**. Disponível em: <file:///E:/2022%20EA/30%20abr%20M%C3%94NICA%20TESE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20AMBIENTAL/LEITURA%20ESSENCIAL/agenda2030-pt-br%20MUNDO.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

REIGOTA, M. **Desafios à educação ambiental escolar**. In: JACOBI, P. (Org.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998. pp. 43 - 50.

RUSCHEINSKY, A. & COLABORADORES. **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, J. M. **Contribuição da psicanálise e psicologia da arte para o campo educacional: Freud e Vygotsky em discussão**. Salvador - BA: UNEB, 2003.

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. VALENTE, A. L. E.F. Ser negro no Brasil hoje. São Paulo: Moderna, 2017.

WEISSMANN, H. **Didática das ciências naturais: contribuições e reflexões**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.